



*Comissão dos Assuntos Constitucionais
O Presidente*

20.4.2020

Ex.^{mo} Senhor Johan Van Overtveldt
Presidente
Comissão dos Orçamentos
BRUXELAS

Assunto: Parecer sobre as orientações para o orçamento de 2021 – Secção III
(2019/2213(BUD))

Ex.^{mo} Senhor Presidente,

No âmbito do processo em epígrafe, a Comissão dos Assuntos Constitucionais foi incumbida de submeter um parecer à apreciação da comissão a que V. Ex.^a preside. Uma vez que, devido ao surto de COVID-19, não foi possível à nossa comissão aprovar um parecer, transmito pela presente as prioridades expressas pelos membros da nossa comissão, com base no projeto de parecer e nas alterações apresentadas. Este texto foi aprovado pelos coordenadores por procedimento escrito.

Em primeiro lugar, os membros da comissão desejam recordar a importância de uma reforma dos procedimentos de adoção do quadro financeiro plurianual e do sistema de recursos próprios da União, a fim de superar os impasses recorrentes nas negociações sobre o orçamento da União. O orçamento da União deve ser suficiente para financiar o exercício das competências que lhe são atribuídas pelos Tratados e que aumentaram ao longo do tempo. Para tal, é igualmente necessário introduzir rapidamente novos recursos verdadeiramente próprios, tal como previsto no artigo 311.º do TFUE, a fim de constituir um orçamento da União sólido, centrado no interesse comum europeu e capaz de enfrentar os desafios do nosso tempo e de produzir os resultados que importam para os cidadãos europeus.

Uma comunicação eficaz com os cidadãos de toda a Europa e a sua consulta devem figurar entre as principais prioridades do orçamento, a fim de assegurar uma participação ampla, ativa e eficaz dos cidadãos.

Em particular, o orçamento para 2021 deverá dispor dos recursos necessários para a realização da Conferência sobre o Futuro da Europa. Estes recursos devem estar à altura dos objetivos da Conferência, enunciados na posição do Parlamento Europeu sobre a Conferência

sobre o Futuro da Europa¹, como a organização de ágoras temáticas dos cidadãos europeus e de ágoras dos jovens ao longo de todo o processo.

Os membros da comissão sublinham a necessidade de um financiamento adequado dos programas, atividades e iniciativas da União, que são fundamentais para reforçar os processos de democracia participativa na UE, aumentar a confiança dos cidadãos, melhorar a sua compreensão das políticas da UE e desenvolver e promover a cidadania europeia, em particular o programa «Europa para os cidadãos», o programa «Direitos, Igualdade e Cidadania», a iniciativa de cidadania europeia, bem como o programa Erasmus Plus, o Corpo Europeu de Solidariedade e a elaboração de um programa curricular sobre a educação para a cidadania da UE. É igualmente necessário assegurar níveis de financiamento adequados para que as atividades das instituições e dos organismos da UE, como as representações da Comissão ou o Grupo de Trabalho East StratCom, possam combater a desinformação e as interferências externas. Além disso, o secretariado comum do registo de transparência deve dispor de meios administrativos e financeiros suficientes e adequados para desempenhar as suas funções.

Por último, os membros da comissão gostariam de recordar que, de acordo com os Tratados, e a fim de preservar a confiança mútua entre si, os atuais e antigos Estados-Membros da União Europeia devem honrar inteiramente as suas obrigações orçamentais.

Estou certo de que a Comissão dos Orçamentos terá estas sugestões em consideração aquando da elaboração das orientações para o orçamento de 2021.

Queira Vossa Excelência, Senhor Presidente, aceitar a expressão da minha mais elevada consideração.

Antonio Tajani

¹ Textos aprovados, P9_TA(2020)0010.